



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ – ANO 2020

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, prefeito municipal de GOIOERÊ-PR, apresenta Relatório Circunstanciado de sua gestão, quanto as metas estabelecidas nas leis orçamentárias, bem como atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e demais normativos que regem a administração pública, referente ao ano de 2020.

Quanto à EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA foi registrado superávit de R\$ 8.143.695,31, ou seja, houveram mais receitas do que despesas empenhadas, demonstrando o zelo em não contrair dívidas acima dos valores arrecadados.

	R\$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	
RECEITAS	
Previsão Inicial	90.996.000,00
Previsão Atualizada	106.097.360,84
Receitas Realizadas	95.997.528,82
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	6.264.850,40
DESPESAS	
Dotação Inicial	90.996.000,00
Dotação Atualizada	121.553.979,24
Despesas Empenhadas	87.853.833,51
Despesas Liquidadas	82.337.316,59
Despesas pagas	82.126.773,13
Superavit Orçamentário	8.143.695,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	
Receita Corrente Líquida	94.151.256,44
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	92.872.796,44
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	92.872.796,44

O município não possui Regime Próprio de Previdência dos Servidores, portanto, é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00



Resultado Previdenciário	0,00
--------------------------	------

Quanto aos RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO, haviam metas fixadas na LDO e posteriormente alteradas na LOA, conforme quadro a seguir.

Sob a ótica do RESULTADO PRIMÁRIO, o município tinha como meta fiscal ao final do exercício, que as Receitas primárias (total das receitas MENOS as receitas com aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos, alienações de investimentos e outras receitas financeiras) superassem as Despesas primárias (total das despesas MENOS as despesas com juros e encargos da dívida, concessão de empréstimos e financiamentos, aquisição de título de capital já integralizado, aquisição de título de crédito e amortização da dívida) em R\$ 3.900.000,00, porém, as Receitas primárias foram maiores que as Despesas primárias em R\$ 15.054.490,41, ou seja, o saldo positivo representa que as receitas não-financeiras do município foram suficientes para pagar as despesas não-financeiras do município, em outras palavras, a máquina pública gerou mais receitas decorrentes de sua atividade fiscal do que as despesas com seu custeio, cumprindo com excelência a meta fiscal fixada.

Sob a ótica do RESULTADO NOMINAL, o município tinha como meta fiscal o valor de R\$ 0,00, ou seja, partindo da meta do Resultado Primário de R\$ 3.900.000,00, esperava-se que na confrontação dos juros e encargos ativos com os juros e encargos passivos, o resultado seria valor R\$ 0,00. Na execução da meta o resultado foi de R\$ 14.411.433,83, ou seja, partindo do Resultado Primário de R\$ 15.054.490,41, a confrontação dos juros e encargos ativos com os juros e encargos passivos resultou em um decréscimo de R\$ 643.056,58. O resultado de R\$ 14.411.433,83, demonstra que o município constituiu uma reserva financeira e orçamentária para o exercício seguinte.

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário – Acima da Linha	3.900.000,00	15.054.490,41	386,01
Resultado Nominal – Acima da Linha	0,00	14.411.433,83	0,00

Os restos a pagar constituíram um pequeno valor frente as disponibilidades financeiras da prefeitura.

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.613.791,33	1.147.638,46	1.432.497,40	33.655,47
EXECUTIVO	2.613.791,33	1.147.638,46	1.432.497,40	33.655,47
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	939.973,69	152,76	931.795,72	8.025,21
EXECUTIVO	939.973,69	152,76	931.795,72	8.025,21
TOTAL:	3.553.765,02	1.147.791,22	2.364.293,12	41.680,68

O percentual mínimo de aplicação em educação foi atingido (Constituição da República, art. 212).

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	16.303.104,15	25%	28,86



Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	11.404.037,23	60%	94,41
---	---------------	-----	-------

As receitas com Operações de Crédito não foram superiores às despesas de capital, cumprindo a chamada “Regra de Ouro” (Constituição da República, art. 167, III).

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	66.002,71	-66.002,71
Despesa de Capital Líquida	9.410.434,38	7.571.277,54

O município não possui Regime Próprio de Previdência dos Servidores, portanto, é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Não foram realizadas alienações no período, a receita adveio de rendimentos bancários.

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.208,01	-1.208,01
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	246.061,18

O percentual mínimo de aplicação em saúde foi atingido (art. 198, § 2º da Constituição Federal, no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	10.566.451,99	15,00	19,33

Não houveram no período, formalização de Parcerias Público-Privadas.

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

Quanto ao índice de pessoal, foi encerrado o ano abaixo do limite de alerta.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	94.151.256,44	-



(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	1.278.460,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCL (VI)	92.872.796,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	43.311.748,78	46,64
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF)-54 %	50.151.310,08	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) -51,3 %	47.643.744,57	51,30%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)-48,6 %	45.136.179,07	48,60%

Quanto a dívida consolidada, do limite de 120%, foram comprometidos apenas 42,16% no ano.

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	36.767.116,02	35.171.087,84	39.153.162,84
DEDUÇÕES (II)	10.000.167,72	18.207.028,98	21.551.634,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	26.766.948,30	16.964.058,86	17.601.528,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	80.284.488,70	83.740.511,49	94.151.256,44
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	801.959,00	1.278.460,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	80.284.488,70	82.938.552,49	92.872.796,44
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	45,80	42,41	42,16
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	33,34	20,45	18,95
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	96.341.386,44	99.526.262,99	111.447.355,73
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	86.707.247,80	89.573.636,69	100.302.620,16

Não foram concedidas garantias e não foram recebidas contragarantias de operações de crédito.

Quanto aos limites de operações de crédito, foram respeitados conforme quadro a seguir.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	94.151.256,44	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.278.460,00	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	92.872.796,44	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	66.002,71	0,07
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	14.859.647,43	16,00



LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	13.373.682,69	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.501.095,75	7,00

Quanto as disponibilidades de caixa, encerraram o ano com excelentes cifras, mesmo descontando os valores inscritos em restos a pagar, sendo R\$ 9.817.564,69 de recursos livres e R\$ 6.208.128,77 de recursos vinculados.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal